

RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL

PANORAMA DA CONSERVAÇÃO PRIVADA NA CHAPADA DOS VEADEIROS

Diagnóstico das Reservas Particulares do Patrimônio Natural

1. INTRODUÇÃO

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) representam um dos instrumentos mais importantes da política nacional de conservação da biodiversidade em terras privadas. Criadas em 1990, por meio do Decreto Federal nº 98.914, posteriormente incorporadas à Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e regulamentadas pelo Decreto nº 5.746/2006, as RPPNs são áreas de domínio privado que recebem reconhecimento do poder público pela relevância de seus atributos ambientais, comprometendo-se seus proprietários com a conservação perpétua dos ecossistemas nelas existentes. Esse modelo, ao conciliar propriedade privada e interesse público, tem-se mostrado um pilar essencial para a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (Epanb), ao contribuir com as metas internacionais estabelecidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 15 – Vida Terrestre.

No contexto do bioma Cerrado, considerado o segundo maior bioma brasileiro e reconhecido como um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade, as RPPNs têm papel importante na proteção de áreas que complementam o conjunto de unidades de conservação públicas. Elas abrigam nascentes, espécies ameaçadas e patrimônios culturais, além de formar corredores ecológicos. A região da Chapada dos Veadeiros (Goiás), em particular, destaca-se como um expoente da conservação privada no Cerrado, reunindo uma expressiva concentração de reservas que atuam de forma

articulada, ampliando a conectividade da paisagem e fortalecendo as estratégias territoriais de conservação da biodiversidade.

A Funatura, com apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF) e do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), no âmbito da execução do Projeto Fortalecimento das RPPNs na Chapada dos Veadeiros, realizou um diagnóstico das RPPNs da região, contemplando dados básicos das unidades e perfil dos proprietários. O presente documento visa fornecer um panorama quantitativo e qualitativo que subsidie o planejamento estratégico e a tomada de decisão de instituições parceiras, redes de proprietários e órgãos gestores, contribuindo para o fortalecimento da conservação privada no Cerrado.

2. PANORAMA DAS RPPNS NA CHAPADA DOS VEADEIROS

A Microrregião da Chapada dos Veadeiros possui 21.337,58 km² de área total e 62.656 habitantes, distribuídos em 8 municípios. Do total da sua população, 67,21% vive em área urbana e os outros 32,79% em área rural¹. Goiás é o quinto estado do país com o maior número de RPPNs e em área total protegida por RPPNs². A região da Chapada dos Veadeiros, núcleo de maior concentração de RPPNs no estado, abriga cerca de 42,14% das reservas, que atualmente totalizam 121 unidades e 45.548,03 hectares (ha). Em termos de área protegida, a Chapada concentra 59,27% da extensão total do estado.

O levantamento consolidado até agosto de 2025 indica a existência de 51 RPPNs oficialmente criadas na região, totalizando 26.997,67 ha de cerrado protegido, e 8 em processo de criação. A abrangência dessas reservas, que estão distribuídas em 5 municípios (Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, São João d'Aliança e Teresina de Goiás), reflete a expansão progressiva da conservação privada no território, estimulada por políticas públicas, incentivos de organizações da sociedade civil e engajamento direto de proprietários rurais.

¹ “Estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as microrregiões do Estado de Goiás – Microrregião da Chapada dos Veadeiros”. MEC/IFG, 2014. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_chapada_dos_veadeiros.pdf

² Lima, Priscylla C. A. de; Franco, José Luiz A. “As RPPNs como estratégia para a conservação da biodiversidade: O caso da chapada dos veadeiros”. Soc. & Nat., Uberlândia, 26 (1): 113-125, jan/abr/2014.

As RPPNs têm tamanhos variados. Entre as maiores, destacam-se a RPPN Fazenda Campo Alegre (7.500,82 ha), a primeira RPPN da região, criada em 1994, e a RPPN Reserva Natural Serra do Tombador (8.730,45 ha), criada em 2009, seguidas por um conjunto de áreas acima de mil hectares (por exemplo, Parque do Capetinga, Flor do Cerrado, Flor do Cerrado III, Avá-Canoeiro e Cara Preta, esta última com 971,38 ha). No outro extremo, há unidades muito pequenas, como Varanda da Serra (1,43 ha), Acauã (1,70 ha) e Biorregional (2,50 ha). A amplitude entre a maior e a menor RPPN é de 8.729,02 ha, evidenciando forte heterogeneidade no tamanho das áreas privadas protegidas.

Do ponto de vista da tendência central, a média por RPPN é de aproximadamente 529,36 ha, enquanto a mediana é de 60,00 ha. A diferença expressiva entre média e mediana revela uma distribuição assimétrica, puxada para cima por poucas reservas muito extensas. Em termos de classes, cerca de 6 RPPNs iguais ou superiores a 1.000 ha respondem por pouco mais de 80% das RPPNs na Chapada; as unidades de porte médio (100 a < 1.000 ha) somam uma parcela menor do conjunto, e a maioria das reservas situa-se abaixo de 100 ha, compondo a base numericamente mais ampla.

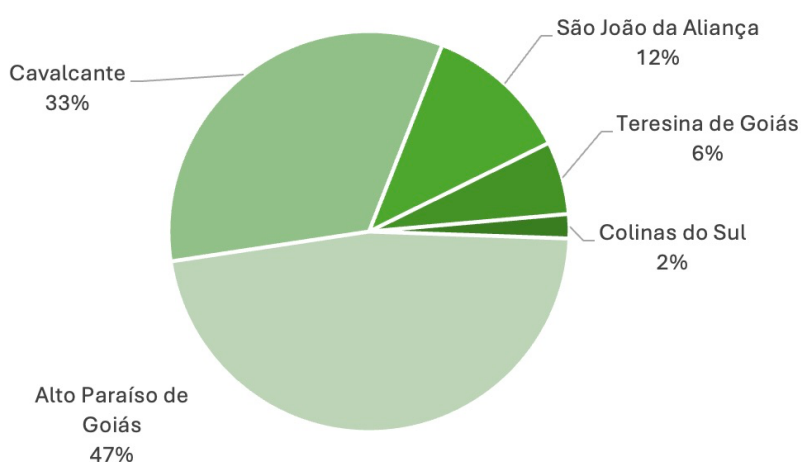
Essa configuração tem implicações ecológicas e de gestão relevantes. As reservas maiores funcionam como “núcleos” de conservação, capazes de manter processos ecológicos em escala de paisagem e de abrigar mosaicos de fitofisionomias do Cerrado. Já as unidades pequenas são estratégicas para a conectividade, proteção de nascentes, veredas e micro-habitats, além de atuarem como gradientes entre áreas naturais e matrizes produtivas do entorno.

No panorama das RPPNs implementadas pelo território brasileiro, a Chapada dos Veadeiros representa, assim, 2,68% das reservas já consolidadas (1.902) e responde por 26.997,67 ha, equivalentes a 3,22% dos aproximadamente 837 mil hectares protegidos no país. No conjunto, os indicadores reforçam o papel estratégico da Chapada dos Veadeiros como epicentro da conservação privada no Cerrado, com reservas de maior porte e alta conectividade ecológica, ampliando a efetividade da proteção e o potencial de manutenção de processos ecológicos em escala de paisagem.

3. DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

A distribuição territorial das RPPNs na Chapada dos Veadeiros é fortemente concentrada em Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante, os quais somam 24 e 17 unidades, respectivamente, seguidos por São João d'Aliança (6), Teresina de Goiás (3) e Colinas do Sul (1), formando um eixo de municípios que sustenta a maior parte da conservação de RPPNs na região. O gráfico a seguir demonstra a distribuição em percentual das reservas por município.

DISTRIBUIÇÃO DAS RPPNs POR MUNICÍPIO



Fonte: Funatura (agosto/2025)

Em termos de distribuição de áreas de RPPNs por município na Chapada dos Veadeiros, observa-se forte concentração em Alto Paraíso de Goiás, com 13.235,14 ha (cerca de 49,0% do total), seguido por Cavalcante, com 10.801,12 ha (aproximadamente 40,0%), São João d'Aliança, com 2.582,81 ha (9,6%), enquanto Teresina de Goiás e Colinas do Sul detêm frações residuais de 286,40 ha (1,06%) e 92,20 ha (0,34%), respectivamente.

Esse arranjo é estrategicamente valioso porque as RPPNs funcionam como corredores ecológicos que conectam e protegem fitofisionomias-chave do Cerrado (veredas, matas de galeria, campos rupestres) e nascentes, ao mesmo tempo em que reduzem efeitos de borda sobre áreas públicas, em especial o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) e a APA de Pouso Alto. Além disso, sustentam elevada biodiversidade e importantes populações de espécies ameaçadas, como o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o tatu-canastra (*Prionomys maximus*),

o veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*) e o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*).

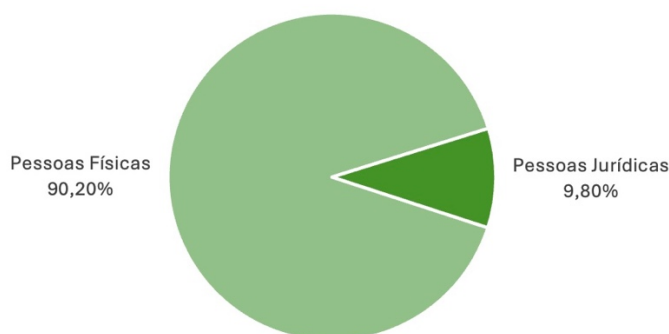
A articulação entre as RPPNs e as unidades de conservação públicas, em especial no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e da APA de Pouso Alto, consolida a Chapada como núcleo da conservação do Cerrado. Tal articulação é fundamental para ampliar a conectividade de habitats e potencializar a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos e a segurança hídrica para os municípios.

Esse conjunto de características reforça o valor estratégico das RPPNs não apenas como áreas de conservação, mas também como “laboratórios vivos” de pesquisa científica e educação ambiental, além de funcionarem como polos de ecoturismo responsável e de valorização do patrimônio natural regional.

4. PERFIL DOS(AS) PROPRIETÁRIOS(AS) E MODELOS DE GOVERNANÇA

O diagnóstico mostra que a maioria das RPPNs criadas na região da Chapada dos Veadeiros é de domínio de pessoa física (46 reservas), revelando o caráter fortemente voluntário e pessoal do engajamento pela conservação, sendo que apenas 5 reservas estão em nome de pessoas jurídicas. Em termos proporcionais, isso corresponde a aproximadamente 90,20% para pessoas físicas (46/51) e 9,80% para pessoas jurídicas (5/51). Esse perfil confirma a forte predominância de proprietários individuais na governança das RPPNs, enquanto as entidades (associações, institutos e outras pessoas jurídicas) representam uma parcela menor, porém estratégica para ampliação dessa categoria de unidade de conservação.

PERFIL DOS PROPRIETÁRIOS



Fonte: Funatura (agosto/2025)

Apesar de menores em número, as reservas de pessoas jurídicas costumam ancorar capacidades institucionais relevantes, como captação de recursos, equipes técnicas e continuidade de projetos de longo prazo. Entre os exemplos, destacam-se a Fundação Grupo Boticário (RPPN Reserva Natural Serra do Tombador, em Cavalcante), a Associação Ecológica Alto Paraíso (RPPN Fazenda Campo Alegre), o Instituto Xamanismo Ancestral Sétimo Universo (RPPN Flor do Cerrado), a Sociedade Civil Vale da Esperança Ltda. (RPPN Flor do Cerrado III) e o IBC – Instituto Biorregional do Cerrado (RPPN Biorregional e RPPN Murundu), com forte presença em Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante.

Em termos de tamanho, as RPPNs de pessoas jurídicas somam 17.818,07 ha, o que corresponde a aproximadamente 66,04% da área total analisada (26.997,67 ha), enquanto as de pessoas físicas totalizam 9.179,60 ha (33,96%). Em outras palavras, as RPPNs de pessoas jurídicas concentram quase o dobro da área privada protegida em relação às pessoas físicas, indicando unidades mais extensas e contínuas, ao passo que as propriedades de pessoas físicas distribuem uma fração menor da área em vários imóveis menores.

5. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

A regularização fundiária e cadastral das RPPNs é determinante para a consolidação do instrumento, uma vez que o reconhecimento pode ocorrer no âmbito federal (ICMBio) ou estadual (órgãos ambientais estaduais). Na Chapada dos Veadeiros, 46 RPPNs (88,5%) são reconhecidas pelo ICMBio e 6 (11,5%) pela Semad/GO, revelando predominância do reconhecimento federal. Essa assimetria deve-se, principalmente, à influência do PNCV. Embora menos abundantes, as criações estaduais servem como estratégia para aprimorar a articulação territorial em conjunto com políticas de gestão local e instrumentos que apoiam sinergias entre a estrutura privada e o planejamento municipal/estadual para a expansão e fortalecimento da rede de conservação privada.

O georreferenciamento das RPPNs é central para a segurança jurídica e a consolidação do instrumento. Antes da instituição do SNUC (Lei nº 9.985/2000), em 2000, e da Lei nº 10.267/2001, não havia exigência normativa para o georreferenciamento de imóveis rurais, o que explica pendências em parte das reservas mais antigas. Na Chapada dos Veadeiros, 46 das 51 RPPNs (90,2%) já possuem georreferenciamento oficial, enquanto 5 (9,8%) ainda não

têm seus limites homologados. Importa destacar que, mesmo nessas unidades pendentes de aprovação oficial pelo órgão responsável pelas RPPNs federais (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio), todas já efetuaram o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que contribui para a integração cadastral e tende a acelerar os trâmites para a homologação formal dos perímetros.

Em referência ao mencionado anteriormente, 34 das 51 reservas já possuem planos de manejo, contra 17 que ainda precisam desenvolvê-los. Isso é um indicativo de que 66,67% também cumprem a legislação que estabelece que, até 5 anos após a data de criação da unidade de conservação, a reserva deve ter seu plano de manejo. Além disso, é fundamental que a reserva tenha um documento como o plano de manejo, pois será ele o norteador na gestão da unidade de conservação.

A regularização das RPPNs que ainda não dispõem de georreferenciamento e de plano de manejo exige apoio técnico e financeiro contínuo. O fortalecimento das parcerias com o ICMBio e a Semad/GO, aliado ao suporte oferecido por iniciativas como o GEF Áreas Privadas e o Projeto Fortalecimento das RPPNs na Chapada dos Veadeiros (CEPF/IEB), tem sido decisivo para superar gargalos técnicos e garantir a segurança jurídica dessas reservas. Graças ao apoio de organizações do terceiro setor, diversas RPPNs avançaram no reconhecimento formal e na aprovação de seus planos de manejo. Manter e ampliar essa articulação interinstitucional deve permanecer como prioridade estratégica para consolidar a gestão e a efetividade de conservação dessas áreas.

6. CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS, BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

As RPPNs na região da Chapada dos Veadeiros são caracterizadas pela ocorrência de fitofisionomias típicas do Cerrado, como campos abertos, veredas e matas de galeria, bem como pela presença de espécies de fauna e flora endêmicas e ameaçadas, que indicam ambientes em bom estado de conservação. A presença de corpos hídricos, nascentes e veredas é recorrente, principalmente nas áreas que contribuem diretamente para a manutenção de cursos d'água formadores das bacias dos rios Tocantins, São Miguel e Preto. O papel dessas reservas na proteção de recursos hídricos é de extrema importância, especialmente diante das pressões

crescentes sobre o Cerrado, provocadas pela expansão agropecuária, pelo desmatamento e pelas mudanças climáticas.

Ao conservar solos, vegetação e fauna, as RPPNs prestam importantes serviços ecossistêmicos, como regulação climática, polinização, ciclagem de nutrientes e manutenção da biodiversidade funcional. Esses benefícios extrapolam os limites das propriedades, contribuindo para o equilíbrio ambiental regional e para a qualidade de vida das comunidades humanas do entorno.

Diversas RPPNs vêm adotando práticas de monitoramento da fauna através de armadilhas fotográficas, o que tem gerado dados valiosos sobre a ocorrência e o comportamento de espécies de mamíferos de médio e grande porte. Essas informações subsidiam o manejo adaptativo e ajudam a avaliar a efetividade da conservação em áreas privadas. Os resultados obtidos revelam a presença contínua de espécies sensíveis à fragmentação, o que indica alta qualidade ambiental e conectividade de habitats.

Além do monitoramento de fauna, algumas reservas têm desenvolvido projetos de pesquisa em parceria com universidades e institutos de conservação, abordando temas como regeneração natural, fitossociologia, interações ecológicas e potencial para turismo científico. O estímulo ao uso das RPPNs como espaços que proporcionam o conhecimento científico é um dos instrumentos mais eficazes para valorizar essas áreas e para ampliar a colaboração entre ciência e gestão ambiental.

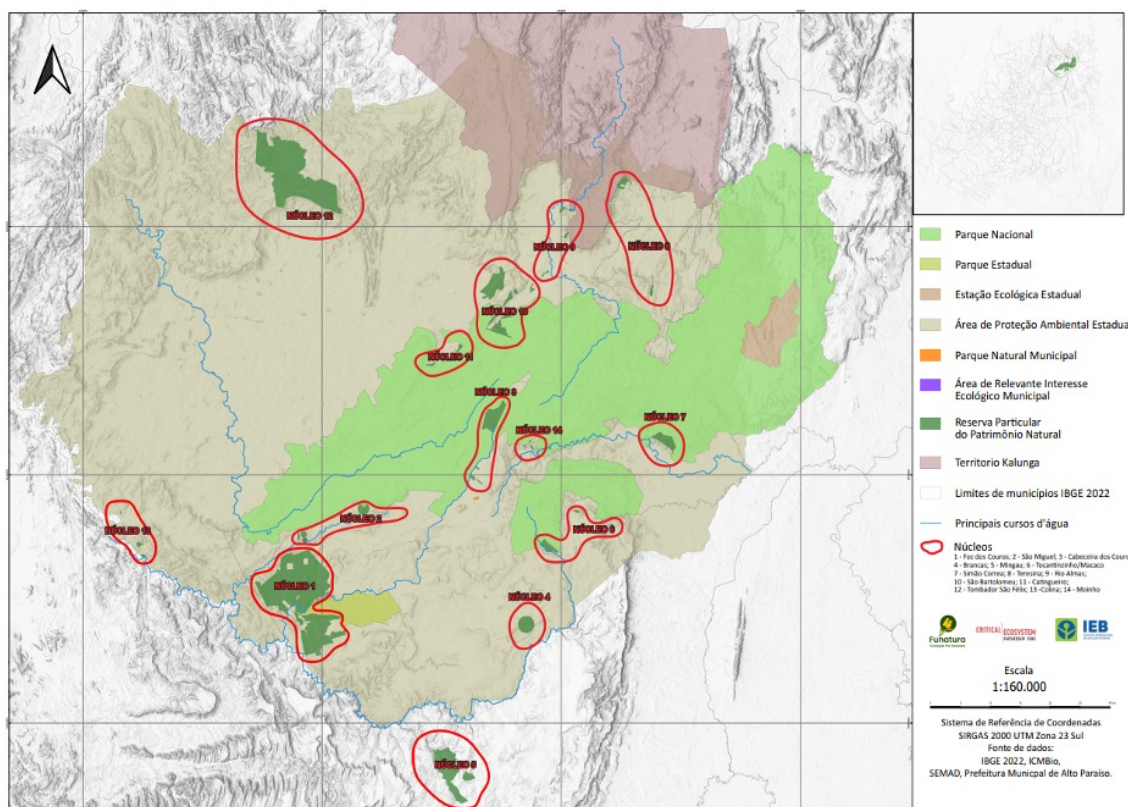
7. POTENCIAL DE EXPANSÃO E CONECTIVIDADE ECOLÓGICA

A expansão do número de RPPNs na região da Chapada dos Veadeiros é crescente. Como dito, essa perspectiva é estratégica para fortalecer corredores ecológicos, restaurar áreas degradadas e integrar fragmentos isolados, especialmente nos limites entre o Parque Nacional e a APA de Pouso Alto.

O planejamento territorial integrado pode permitir a formação de mosaicos de conservação privada, conectando áreas sob diferentes regimes de proteção e uso sustentável. Esse modelo estimula sinergias entre conservação, turismo ecológico e pesquisas, promovendo resultados ambientais e sociais permanentes.

PROJETO FORTALECIMENTO DAS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPNs) DA CHAPADA DOS VEADEIROS

O mapa abaixo representa os núcleos de RPPNs da região da Chapada dos Veadeiros, no qual se concentram o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o Parque Estadual Águas do Paraíso, a Estação Ecológica Chapada de Nova Roma, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Pouso Alto, o Parque Natural Municipal do Lava-pés, a Área de Relevante Interesse Ecológico Manhãna, o Território Quilombola Kalunga e as 51 RPPNs. Para visualizar a conexão entre as RPPNs, as reservas foram agrupadas em 14 núcleos, que, juntos, formam corredores ecológicos.



Fonte: Funatura (agosto/2025)

8. DESAFIOS, DEMANDAS E RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Apesar do número crescente de RPPNs criadas sob o respaldo de leis e de programas de incentivo, elas ainda enfrentam desafios ligados à regularização fundiária, às limitações de financiamento e às deficiências de governança e comunicação. De forma mais ampla, os principais entraves que restringem a efetividade e a sustentabilidade dessas unidades na Chapada dos Veadeiros concentram-se em quatro dimensões inter-relacionadas:

- **Dimensão legal-institucional:** abrange as deficiências associadas à ausência de regularização fundiária e registral, à conclusão do georreferenciamento e à elaboração ou atualização dos planos de manejo;
- **Dimensão de governança e capacidades:** refere-se aos déficits de capacidade operacional e de governança para a manutenção, fiscalização e monitoramento das reservas, bem como à limitada articulação entre os proprietários;
- **Dimensão financeira:** envolve as dificuldades de acesso a editais e parcerias, além da subutilização de instrumentos de incentivo econômico, como Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), Cotas de Reserva Ambiental (CRA) e créditos de carbono e de biodiversidade;
- **Dimensão de uso público e comunicação:** relaciona-se à frágil estruturação do ecoturismo de baixo impacto, às lacunas em educação ambiental e à reduzida visibilidade institucional das reservas.

Esses desafios demonstram que, embora as RPPNs da Chapada dos Veadeiros representem um patrimônio ambiental relevante para o Cerrado, elas ainda carecem de suporte técnico, financeiro e institucional contínuo para consolidar a sua gestão, fortalecer a integração em rede e garantir a sustentabilidade de longo prazo da conservação privada.

Diante desse cenário, tornam-se essenciais ações coordenadas para enfrentar essas limitações e garantir a efetividade do instrumento de conservação. Dessas fragilidades decorrem demandas claras por padronização de procedimentos, assistência técnica continuada, consolidação de parcerias interinstitucionais, qualificação de capacidades e diversificação de fontes de receitas.

Para enfrentar essas limitações, recomenda-se:

1. **Fortalecer a Rede de Proprietários de RPPNs da Chapada dos Veadeiros**, estimulando intercâmbios e capacitações;
2. **Promover campanhas de comunicação e educação ambiental** que valorizem o papel das reservas privadas;
3. **Buscar mecanismos de financiamento híbrido**, combinando recursos públicos e privados, inclusive via créditos de natureza e programas de PSA;
4. **Incentivar o ecoturismo de baixo impacto**, gerando renda compatível com a conservação.

Essas medidas poderão impulsionar a sustentabilidade econômica das RPPNs, ao mesmo tempo em que fortalecerão o seu papel como ferramenta estratégica de política ambiental e de desenvolvimento local.

A análise realizada para este diagnóstico revela que apenas uma parcela das RPPNs possui canais de comunicação estruturados, como *sites*, perfis em redes sociais ou materiais de divulgação. Essa lacuna dificulta o engajamento com o público externo e a mobilização de parceiros e apoiadores. Fortalecer a identidade visual e a comunicação institucional das reservas é fundamental para ampliar sua visibilidade, atrair voluntários e promover o reconhecimento público das iniciativas de conservação privada.

A criação de materiais educativos, roteiros de visita de baixo impacto e campanhas conjuntas com outras reservas da Chapada valorizará o potencial das RPPNs, integrando-as à dinâmica turística e cultural da região. Além disso, a comunicação transparente sobre resultados, desafios e boas práticas contribuirá para a consolidação da imagem das RPPNs como espaços de compromisso ambiental e cidadania.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no que foi apresentado, este diagnóstico evidencia o impacto positivo da conservação em áreas privadas no Cerrado, especialmente na Chapada dos Veadeiros, onde a integração entre ciência, sociedade civil e iniciativa privada vem gerando resultados concretos para a proteção da biodiversidade e para a transição para um modelo de sustentabilidade para o Cerrado.

As RPPNs analisadas demonstram o poder transformador do engajamento voluntário de proprietários/as na conservação do bioma, ao mesmo tempo em que expõem a necessidade de apoio contínuo à regularização, comunicação e sustentabilidade financeira dessas iniciativas.

Consolidar essa rede de áreas protegidas privadas é um passo essencial para alcançar as metas nacionais de conservação e para manter a resiliência ecológica e climática do Cerrado, um bioma que, embora ameaçado, segue pulsando, graças aos esforços dos que escolheram protegê-lo.

**PROJETO FORTALECIMENTO DAS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL
(RPPNs) DA CHAPADA DOS VEADEIROS**

Realização



Funatura
Fundação Pró-Natureza

Apoio



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

O Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos é uma iniciativa conjunta da Agência Francesa de Desenvolvimento, da Conservação Internacional, da União Europeia, da Fundação Hans Wilsdorf, do Fundo Global para o Meio Ambiente, do Governo do Canadá, do Governo do Japão e do Banco Mundial. Uma meta fundamental é garantir que a sociedade civil esteja envolvida com a conservação da biodiversidade.

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) atua como a Equipe de Implementação Regional do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF). A missão do IEB é fortalecer os atores sociais e o seu protagonismo na construção de uma sociedade justa e sustentável, por meio de formação de pessoas, fortalecimento e articulação de instituições e grupos comunitários, e geração e disseminação de conhecimentos.